

Constituintes querem o País no Terceiro Mundo P2

LUÍZ CARLOS LISBOA

O grande assunto dos próximos dias é tema de meditação para o fim de semana daqueles que medem o futuro do País com um olho preocupado e com certeza a conciliação difícil da nova política industrial do governo com a marcha batida da Constituinte em defesa do cartorialismo, do burocratismo e do nacionalismo modelo década de 60. O presidente da República assinou na quinta-feira decretos-leis reestruturando o Conselho de Desenvolvimento Industrial, isentando ou reduzindo impostos de importação, dispensando controles prévios na exportação de três mil produtos e fixando as bases de uma nova política industrial. Segundo disse o presidente, era a inauguração de uma nova forma de relacionamento entre o Estado e a iniciativa privada. Além de ser talvez a primeira luz de uma alvorada de prosperidade no Brasil. Enquanto isso, na semana anterior a Assembleia Nacional Constituinte labellou os juras, depois de ter fechado o País à cooperação internacional com medidas protectionistas que nem mais a China Continental adota.

Para o ex-ministro do Planejamento, Delfim Netto, "dentro de oito semanas, quando a nova Constituição será talvez promulgada, o País vai enfrentar duas realidades distintas: a nova e avançada política industrial, e a economia do século XVI aprovada pela Constituinte". Af, diz o ex-ministro, a sociedade terá de optar pelo que for mais conveniente para o País. Já na opinião do governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, a nova política não vai fortalecer empresas, nem resolverá nada "porque o governo não tem a menor legitimidade", sendo certo, desde hoje, que ela não será implantada dentro das divisas (ou seria melhor dizer fronteiras?) alagoanas. Dos autores da política industrial e secretário especial do Desenvolvimento Industrial, Ernesto Carrara Jr., está convencido de que as novas medidas não se atrim com o que foi aprovado na ordem econômica da Constituinte, aparentemente a negação de tudo o que o presidente da República anunciou há dois dias. Essas diferentes visões revelam o torvelinho em que estamos metidos, em que as idéias parecem tão descabeladas quanto os projetos, as colocações, a economia, as pessoas em redor.

A nova política industrial limita a indústria brasileira de microcomputadores à reserva de mercado da Lei nº 7.332/84, mas a futura Constituição generaliza, pelo parágrafo 2º do artigo 200, aquela reserva. Tudo vai depender, como lembra o ex-ministro Delfim Netto, de se considerar, ou não, determinado setor como estratégico para a defesa nacional, ou imprescindível para a defesa do País. Em outras palavras, o material básico, para os habituais "exercícios de saberania" continuarão disponíveis para os usuários costumeiros, sejam eles candidatos de oposição ou políticos que têm contas a prestar diante de partidos ou de mentores ideológicos. Não se pode dizer ainda se a liberdade de mercado foi favorecida com os decretos presidenciais que pretendem iniciar uma nova era no Brasil, ou se foram os estatizantes e "autarquistas" que levaram vantagem aprovando artigos fundamentais da Constituição que está sendo elaborada. Há duas

forças em luta, há duas energias diferentes travando combate no Brasil, e será a vitória de uma delas que vai determinar se chegou o momento da prosperidade e da modernização, ou se o País assinou um pacto fústico com o destino do Terceiro Mundo. Quando for possível entender com clareza qual foi a escolha, não haverá outros caminhos além daqueles da disposição para o trabalho ou da humildade diante do infortúnio.

O segundo turno da Constituinte pode mudar (pela supressão, talvez, mesmo porque há texto demais na futura Carta) seu caráter até agora predominantemente reacionário, no sentido etimológico da palavra. Se isso for feito da maneira própria, a nova legislação sobre política industrial encontrará meios de sobreviver e mostrar sua eficácia. Do contrário, será o caos costumeiro, agora também na floresta legislativa, reflexo fiel da cabeça nacional, vista de dentro. "A abertura democrática não havia chegado ao setor econômico do País, e ao setor industrial", disse o presidente da República no discurso com que anunciou as primeiras medidas liberalizadoras da economia, em seu governo. E afirmou a seguir que toda vez que cresce a fatia de autoritarismo, cresce também a fatia de controle da economia. Se foi uma confissão da presença de largos traços de autoritarismo nos três primeiros anos de seu governo, foi também uma prova de honestidade intelectual, sobretudo quando ficou dito que o cartorialismo gozou até aqui de absurda impunidade, e mereceu mesmo repetidos estímulos. Mas, e os nossos populistas, quando vão começar sua caulinária, seu discurso montado em torno da teoria conspiratória que dá certo há meio século nos países em estágio de desenvolvimento? Já podem ter começado, na verdade, os arranjos subterâneos que precedem e informam as campanhas nacionais. Os próximos meses verão o recrudescimento da indignação xenofóbica, as frases feitas e os raciocínios circulares que invocam os velhos demônios que conspiram contra nós no estrangeiro.

Aquele diabo real que é a burocracia — quem pode vencê-lo sem a livre concorrência, sem a emulação dos mais competentes, sem os mecanismos naturais de mercado? Quando o Estado se diz provedor insubstituível, é porque está levando vantagem e não deseja abandonar seu posto privilegiado. É preciso lançar contra ele o exorcismo da livre concorrência, o vigor da poupança externa, a desestruturação cartorial. Mas aí está posta a questão: o desespero governamental de acertar, o discernimento de um ministro da Fazenda que já não acredita em ilusões e o fracasso de todos os "milagres" tentados anteriormente serão suficientes para produzir a liberdade econômica no País? Boa parte dos constituintes que está montando a Carta Maior que vai reger nossos destinos tem enormes preconceitos em matéria política e econômica, e nem sequer sabe disso. A nova política industrial e comercial do presidente José Sarney pode até ficar na história como documento interessante, revelador do que teria sido implantado no Brasil se a Constituinte não tivesse seguido caminho oposto, e atrelado a Nação ao destino melancólico do Terceiro Mundo.